



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

TERMO DE REFERÊNCIA 2013.1122.00037-0 PARA REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS - AM.

1. Contexto

A Amazônia abriga a maior floresta tropical do mundo e contém um terço de todas as florestas remanescentes desse tipo. A região, compartilhada por nove países sul-americanos, ocupa quase a metade do território brasileiro – 4,1 milhões de km², sendo cortada por milhares de rios, formando a maior e mais densa bacia hidrográfica do planeta. Ela também guarda uma enorme quantidade de carbono, possui uma imensa riqueza biológica, com milhões de espécies – muitas das quais ainda desconhecidas da ciência – e tem uma riqueza cultural igualmente diversa, com populações tradicionais e indígenas de longa e rica tradição no convívio com a floresta.

O Parque Nacional de Anavilhanas (PNA) foi criado como Estação Ecológica (ESEC) no ano de 1981, pelo Decreto nº 86.061 do dia 2 de junho, tendo sido recategorizada para Parque Nacional em 2008, pela Lei nº 11.799, de 29 de outubro, abrangendo os municípios de Manaus e Novo Airão, no estado do Amazonas, com área total de 350.018 ha. Cerca de 60% da área do Parque é fluvial: trata-se do arquipélago das Anavilhanas, situado no baixo rio Negro, cerca de 40 km acima da cidade de Manaus, formado por aproximadamente 400 ilhas, com centenas de lagos, rios, paranás, igapós e igarapés ricos em espécies vegetais e animais. A principal via de acesso ao Parque Nacional de Anavilhanas é o rio Negro, podendo a mesma ser acessada também por via terrestre ou aérea. A Unidade de Conservação (UC) possui um conjunto de estruturas em Novo Airão (sede, alojamento e ancoradouro) e três bases avançadas no interior do Parque, acessíveis somente por barco. De fevereiro a agosto, período das cheias do rio Negro, muitas ilhas ficam submersas e os animais se refugiam nas partes mais elevadas. Quando as águas baixam as ilhas deixam à mostra praias e canais que entrecortam a região.

Os recursos naturais do Parque, sobretudo na porção de terra firme, são de elevado grau de primitividade, tendo em vista que o atual estágio de desenvolvimento amazônico ainda não foi capaz de alterar significativamente os ecossistemas ali encontrados. Esse mesmo motivo conferiu a Anavilhanas altos níveis de intocabilidade no passado, com a criação da ESEC.

Dentre os ecossistemas protegidos, três conferem à UC especial significado conservacionista. São esses: as Campinas e Campinaranas, as Caatingas-igapó e os Chavascais, os quais são ecossistemas sensíveis, possuem distribuição



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

restrita e são encontradas em reduzido número de áreas protegidas, além de abrigarem espécies com alto grau de especialização e endemismo.

Em termos de fauna, segundo o Plano de Manejo da ESEC, Anavilhanas também é especial, e serve de abrigo e proteção para mais de dez espécies de mamíferos ameaçadas de extinção, além de abrigar mais de uma dezena de espécies notáveis de aves, das quais inúmeras encontram-se ameaçadas, o que torna o local especial para observação de aves. São encontradas também algumas espécies bastante raras embora não ameaçadas de anfíbios e répteis e um conjunto de espécies da ictiofauna representativas do rio Negro, com mais de 334 espécies distribuídas em seus vários ambientes, como lagos, rios e igarapés.

Devido à beleza exuberante de suas praias, fauna e flora, além de sua relativa proximidade a centros urbanos, o arquipélago sempre foi uma das maiores atrações turísticas do estado do Amazonas, e em decorrência disso a unidade de conservação teve sua categoria alterada para Parque Nacional. Com a mudança de categoria a atividade de visitação ganhou maior importância, tornando-se um dos principais programas de manejo da UC, o que implica necessidade de revisão do Plano de Manejo, publicado no ano de 2002 para a ESEC, em especial dos estudos e planejamentos específicos de uso público, incluindo a Portaria nº 47 de 9 de abril de 2012, que estabelece normas para o ordenamento da visitação no PNA até a publicação do seu Plano de Manejo.

O Parque Nacional de Anavilhanas é apoiado pelo Programa Arpa (Programa Áreas Protegidas da Amazônia), o qual provê recursos financeiros para a gestão da Unidade. Atualmente o Programa arca com aproximadamente 50% dos custos da UC, sendo a outra metade custeada pelo ICMBio. A contratação de consultoria para elaboração do Plano de Manejo do PNA, objeto do presente Termo de Referência, será viabilizada com recursos do Arpa, no âmbito do subprojeto Plano de Manejo.

2. Justificativa

A lei nº 9985 de 18 de julho de 2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, define Plano de Manejo como “*documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade*”.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

Todas as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo, que deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas (art. 27 do SNUC).

Trata-se de um documento técnico que busca integrar dados do meio físico, biótico e sócio-econômico relacionados com a UC, consolidados em um diagnóstico de maneira subsidiar o planejamento da gestão da UC, a partir de uma visão realista, estratégica e operacional, visando atingir objetivos bem definidos, a partir de metas claras. Também define o ordenamento do uso do território, através do seu zoneamento, normatização e regulamentação específicas.

O Parque Nacional de Anavilhanas publicou seu Plano de Manejo através da portaria nº 161 de 24 de dezembro de 2002. Com sua recategorização altera-se substancialmente os objetivos que norteiam sua gestão, principalmente no que se refere à visitação pública, conforme § 2º do art. 9 e § 2º do art. 11 da SNUC.

Face ao novo contexto em que se encontra o PNA, faz-se necessário a revisão e atualização dos dados existentes sobre a UC, de maneira a adequar o Zoneamento e Planejamento da unidade de conservação aos objetivos de sua recategorização, em especial no que tange ao Uso Público.

3. Propósito da contratação

O objetivo geral deste Termo de Referência é a contratação de consultoria (Pessoa Jurídica) para realizar a revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional de Anavilhanas.

4. Estratégia de Execução

Os serviços de consultoria objeto deste contrato seguirão as orientações da Equipe de Planejamento para a revisão do Plano de Manejo do PNA (EP), definida previamente pela Coordenação de Elaboração e Revisão de Planos de Manejo - COMAN/ICMBio, e as metodologias e estratégias apresentadas nos Roteiros Metodológicos disponíveis para Elaboração e Revisão de Planos de Manejo de Unidades de Conservação Federais de Proteção Integral e no Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação (ICMBio, 2011); no



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/00) e Decreto nº 4.340/02 que o regulamenta; **no Desenho do Processo de Planejamento (DPP) elaborado para esse processo (em anexo a este TDR)**, e nas diretrizes institucionais apontadas pela Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação – DIMAN/ICMBio. Todos os produtos serão supervisionados e aprovados pelo ICMBio.

Além dos estudos demandados, a revisão do Plano de Manejo de Anavilhanas deverá considerar ainda os estudos e documentos já existentes sobre a Unidade, como o Plano de Manejo vigente, e sua avaliação feita por pela equipe gestora; a Portaria nº 47 de 9 de abril de 2012, que estabelece o ordenamento da visita no PNA; estudos elaborados no PNA após a publicação do Plano de Manejo; e as orientações conceituais e metodológicas encontradas nos *Padrões Abertos para a Prática da Conservação* (CMP, 2007), e metodologia *ROVAP* (USDA e IITF, s/d);

Os técnicos do PNA deverão, sempre que possível, participar das atividades de levantamentos e processamento das informações, a fim de permitir a replicação das metodologias para fins de monitoramento e avaliações futuras do PNA.

A contratada deverá apresentar os produtos em versão preliminar, de modo a realizar as alterações solicitadas pelo ICMBio nos produtos apresentados, providenciando, a seguir, uma nova versão para análise pela EP. Caso o produto ainda não se apresente satisfatório para a aprovação pela referida Equipe, a contratada deverá proceder às alterações até que o produto atenda o solicitado, constituindo assim a versão final.

A equipe da consultoria aprovada e contratada deverá ser mantida até a conclusão do trabalho, sob pena de rescisão de contrato. Qualquer alteração, devidamente justificada, só poderá ser feita mediante a aprovação da EP.

Independente do local de origem da contratada, a mesma deverá se deslocar, conforme a programação a ser estabelecida, à Unidade de Conservação objeto do contrato, à sede administrativa da mesma, e à sede do ICMBio em Brasília-DF.

O Coordenador Geral da contratada, responsável pelo objeto do contrato, deverá participar de todas as etapas descritas nesse documento, facultado sua presença física apenas nos levantamentos de campo dos dados de Uso Público.

O contrato será celebrado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

5. Atividades Propostas

As atividades relacionadas à revisão do Plano de Manejo do PNA serão desdobradas em 07 etapas, conforme consta abaixo:

Etapa 1 – Organização do Planejamento – OP e Reconhecimento de campo

Participação de toda a equipe contratada em Reunião de Organização do Planejamento, de 02 dias, na cidade de Novo Airão/AM, para apresentação do Plano de Trabalho para execução do objeto desse Termo de Referência para a EP, após 10 dias de assinatura do contrato.

Serão definidas e niveladas, com base no Desenho do Processo de Planejamento – DPP, estratégias, metodologias, logística e cronograma das etapas de revisão do Plano, incluindo o diagnóstico de Uso Público, a ser incluído numa Matriz de Organização do Planejamento – MOP, conforme modelo a ser disponibilizado pela COMAN.

Neste momento é feito o reconhecimento da região de estudo e avaliada a logística para as etapas subsequentes.

Ao final dessa etapa a contratada deverá solicitar autorização de pesquisa no Sisbio.

Produtos: Plano de Trabalho e Matriz de Organização do Planejamento (MOP) das atividades; e cronograma físico e financeiro indicando os técnicos responsáveis.

Etapa 2 – Coleta, sistematização e análise das informações existentes

Coletar, sistematizar, analisar e atualizar dados (bibliográficos, cartográficos e de imagens aéreas e de satélite e audiovisual) existentes sobre o PNA, segundo itemização a ser fornecida pela Coordenação de Planos de Manejo – COMAN na Organização do Planejamento (OP), visando à elaboração do Diagnóstico da UC, com a identificação do material relevante para seu planejamento e as respectivas lacunas de informação. Serão incluídos nesse levantamento os seguintes mapas temáticos, a serem elaborados a partir dos dados existentes:

- Mapa de localização e acessos à UC (fluvial e rodoviário); incluindo a infra-estrutura do PNA (sede e bases)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

- Mapa de áreas protegidas do baixo rio Negro.
- Mapa da Inserção do PNA no Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro (MBRN), Reserva da Biosfera da Amazônia Central e Corredor Central da Amazônia e Complexo de Conservação da Amazônia Central (sítio do Patrimônio Mundial).
- Mapa de ocorrência de populações tradicionais da UC e entorno;

Mapas temáticos com recorte da UC e ZA:

- Mapa da evolução do uso e ocupação do solo, com a identificação de tendências e vetores de pressão antrópica (exploração madeireira; mineração; agropecuária; exploração de potencial hidroenergético; urbanização; entre outros) sobre a Unidade de Conservação, com recorte temporal de 1981 a 2013.
- Mapa geológico;
- Mapa de hipsometria;
- Mapa de geomorfologia;
- Mapa de pedologia;
- Mapa de hidrografia;
- Mapa de vegetação;
- Mapa de zoneamento da Esec Anavilhanas;
- Mapa hidroviário.

Observação: deverá ser elaborado e entregue para a EP o banco de dados georreferenciados abertos utilizado para a elaboração dos mapas temáticos acima listados, conforme o modelo a ser fornecido pela EP.

Para o Diagnóstico de Uso Público, deverá ser priorizado o uso de informações pré-existentes para caracterização das atividades de uso público previstas, potenciais ou já realizadas (mesmo que informalmente), bem como a infraestrutura e equipamentos de apoio já existentes, propostos ou desejáveis. Relacionar as informações necessárias para o entendimento da dinâmica de visitação e sua evolução (acessos ao Parque, municípios de onde vem a demanda de visitação, desenvolvimento do turismo no entorno, perfil do visitante etc.).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

Produtos: Diagnóstico Preliminar do PNA; Lista de Levantamento bibliográfico realizado contendo a citação completa das referências; Mapa-Base¹ da UC e ZA; e mapas temáticos da UC e região (conforme especificado acima); todos em formato digital e impresso (formato A3, A4 e A0).

Etapa 3 - Realização de Oficina Consultiva e Levantamento de Dados

Conduzir Oficina Consultiva, de caráter aberto, com duração de 02 dias, na cidade de Novo Airão/AM, envolvendo os principais grupos sociais (conselheiros, instituições públicas, organizações não-governamentais, usuários da UC, lideranças locais, entre outros) relacionados com o PNA, com o objetivo de informar/divulgar os trabalhos de revisão do Plano de Manejo.

Na Oficina Consultiva são apresentados e aferidos os produtos elaborados na Etapa 2 e realizados levantamento/atualização de informações sobre o PNA junto à sociedade, identificadas expectativas, avaliadas sua visão em relação a unidade de conservação, bem como identificado possíveis participantes da Oficina de Planejamento Participativo (OPP).

Na oportunidade a contratada deverá apresentar, com base no método *ROVAP* e nas principais diretrizes do Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação (ICMBio, 2011), conceitos, graus de interferência, tabelas e outras facetas dos métodos que possam levar o grupo a refletir sobre o quê se pretende alcançar por meio da visita da UC de acordo com objetivos da recategorização da UC, bem como objetivos e áreas a serem considerados em seu zoneamento. O planejamento dessa reunião poderá contar com a participação da Coordenação Geral de Uso Público do ICMBio.

Em suma, apresentar o processo de revisão do PM, apresentar os dados secundários e validá-los, apresentar a pactuar a metodologia empregada na elaboração do PUP, pactuar a participação do grupo na OPP, identificar expectativas e visão dos grupos sobre a UC (missão, visão, objetivos e mapa falado).

¹ O Mapa-base constitui a base cartográfica que inclui hidrografia, limites e sedes municipais, vilas e povoados, sistema viário e marcos da paisagem, sobre a qual os outros temas serão representados (geologia, geomorfologia, vegetação, etc).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

Produtos: Relatório da Oficina Consultiva, incluindo: Missão, Visão e Objetivos – versão preliminar; Mapa Falado; Validação das Bases cartográficas e entrega das mesmas, se houver alterações, conforme solicitado na etapa 2.

Etapa 4 – Coleta, análise e sistematização das informações referentes ao Uso Público

O Programa de Uso Público (PUP) deverá ser elaborado segundo o método *ROVAP* (Rol de Oportunidades para Visitação em Áreas Protegidas) e ser composto de forma a permitir a implementação gradual do Uso Público na UC, apresentando a estrutura mínima necessária para cada roteiro proposto e as estruturas desejáveis para sua completa implementação, a ser alcançada no futuro.

Deve-se consultar os materiais pertinentes ao Uso Público já produzidos para o PNA, com destaque para os documentos “Diagnóstico da Oferta Turística” e “Pesquisa da Cadeia Produtiva do Turismo”.

Deverão ser levantadas as seguintes informações e mapeamento de áreas do PNA:

- Breve descrição e avaliação dos procedimentos atuais de recepção do visitante (se houver).
- Identificação dos problemas operacionais e logísticos das atividades de uso público, inclusive aqueles decorrentes de variações sazonais na visitação.
- Descrição da distribuição dos visitantes entre os atrativos em uso e identificação dos motivos para o padrão observado, considerando a sazonalidade da visitação.
- Listar as atividades de uso público já praticadas, previstas ou potenciais no Ordenamento de Visitação do PNA. Identificar e georreferenciar os locais, no interior da UC, onde essas atividades são exercidas e seus atrativos. Qualificar os atrativos naturais, culturais e históricos existentes. Para cada atrativo propor: 1) o acesso mais adequado; 2) as atividades em operação relacionadas aos atrativos (caminhadas, visitação, esportes náuticos e demais atividades subaquáticas e/ou aquáticas, vivências em comunidade tradicional, dentre outras); 3) identificação, espacialização, caracterização e qualificação da infraestrutura e equipamentos de apoio ao uso público disponíveis, e aqueles que são efetivamente utilizados; e 4) equipamentos mínimos de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

apoio ao uso público necessários para a manutenção do roteiro em operação; 5) identificação, espacialização, caracterização e qualificação de equipamentos e serviços desejáveis em um cenário de plena implementação de cada atrativo existente ou potencial;

- Identificação do perfil socioeconômico dos visitantes (sexo, renda, escolaridade, faixa etária), origem, motivações, expectativas da viagem e aspectos valorizados, além do tempo de permanência nos locais e perfil de gastos dos visitantes, com amostragem recente.
- Identificação do grau de satisfação do visitante com os atrativos e com a infraestrutura turística do entorno (pousadas, restaurantes, bares, agências etc.)
- Descrição, de forma expedita, dos serviços disponíveis no entorno, tais como hospedagem, alimentação, transporte etc., avaliando a qualidade e o custo dos serviços prestados, além dos serviços básicos existentes nos núcleos urbanos próximos (saúde, comunicação etc.) e proximidade ou não de grandes centros urbanos ou pólos turísticos.
- Identificação e análise de quais aprimoramentos (infra-estrutura, serviços, equipamentos facilitadores etc.) na UC motivariam maior, ou melhor, visitação.
- Caracterização dos tipos de veículos e embarcações utilizados nas atividades de uso público (tração 4x4, barcos, voadeiras, entre outros), no interior da UC, informando se há impactos (ambientais ou na qualidade da experiência do visitante) evidentes de alguma das atividades e se estes devem levar à recomendação de mudanças de roteiro ou de forma de uso.
- Identificação dos principais impactos (positivos e negativos) de cada atrativo real ou potencial, informando o modo como afetam ou afetariam a UC e os visitantes.
- Levantamento das condições de uso em que se encontram as infraestruturas para o uso público existentes na UC (centro de visitantes, postos de informação etc.), bem como os equipamentos facilitadores integrantes de cada atividade realizada, tais como: pontes, escadas, guarda-corpo, sanitários, bancos, mesas, mirantes, sinalização etc. Identificar também as condições das trilhas (erosão, entre outros) etc.
- Caracterização da atividade turística no entorno e influência desta atividade na visitação da UC. Avaliar a possibilidade de operação de roteiros integrados entre a UC e outras áreas protegidas da região e entre a UC e os atrativos do entorno. Na oportunidade, consultar também a Câmara Técnica de UP do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro - MBRN.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

- Identificação das formas de envolvimento da população local no desenvolvimento das atividades de uso público e serviços turísticos, com uma breve análise da condição socioambiental das comunidades do entorno. Na oportunidade deve-se consultar também a ONG IPÊ.
- Identificação das oportunidades para as comunidades locais, por meio de produtos turísticos, atividades e serviços de uso público e outras formas de inserção como, por exemplo, artesanato local, hospedagem, pacotes, festas populares, culinária e outros.

Com a utilização do *ROVAP*, identificar, caracterizar e analisar as áreas onde o uso público atual é informal, incipiente, desorganizado ou inexistente:

- Identificar os locais, dentro da UC, onde novas atividades estão sendo propostas e seus atributos naturais, com descrição do meio físico onde estão inseridas e suas áreas de entorno.
- Sugerir um NBV para cada roteiro/atividade proposta, conforme o Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação (ICMBio, 2011), incluindo as respectivas memórias de cálculo.
- Descrever os prováveis impactos econômicos e ambientais do início ou incremento dessa visitação;
- Apontar formas de potencializar essas oportunidades e minimizar os riscos para a Unidade.
- Descrever a infraestrutura mínima necessária para a abertura de cada roteiro e a infraestrutura desejável para cada roteiro em um cenário de plena implementação, tais como banheiros, lanchonetes, estacionamentos, atracadouros, entre outros, buscando, sempre que possível, soluções de utilização da mesma infraestrutura para mais de uma atividade e por área de interesse.
- Indicar os locais de implementação de equipamentos facilitadores mínimos necessários e/ou desejáveis (corrimão, ponte, escada, placas sinalizadoras e interpretativas, etc.) para cada atividade, bem como a manutenção, adequação ou reposição daqueles já existentes na UC, para atender adequadamente suas funções.
- Sugerir temáticas e possíveis características de equipamentos para interpretação ambiental e em que roteiros estes se aplicariam.
- Sugerir programas ou negócios que possam ser desenvolvidos pela UC por meio de delegação de serviços, através de autorizações, permissões e/ou concessões, priorizando, sempre que possível a integração da comunidade local no processo abertura do uso público da UC.
- Sugerir um sistema de sinalização conforme o método *ROVAP* e de classificação dos atrativos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

- Sugerir estratégias de monitoramento de cada roteiro/atividade quanto à qualidade da experiência dos visitantes e aos impactos ambientais de seu funcionamento, conforme o Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação (ICMBio, 2011).

Elaborar mapas da UC em formato A3, A4 e A0 apresentando:

- Todas as áreas de visitação identificadas, destacando
 - ✓ categoria de uso (trilhas terrestres, aquáticas, praias etc.)
 - ✓ sazonalidade
 - ✓ grau de dificuldade
 - ✓ equipamentos facilitadores e infraestruturas existentes e necessários/propostos (ponte, escada, placa sinalizadora, banheiro etc.), entre outras análises específicas.
- ✓ Gerar mapas individuais para cada atrativo, destacando:
 - ✓ acesso,
 - ✓ categoria de uso (trilhas terrestres, aquáticas, praias etc.)
 - ✓ sazonalidade
 - ✓ grau de dificuldade
 - ✓ equipamentos facilitadores e infraestruturas existentes e necessários/propostos (ponte, escada, placa sinalizadora, banheiro etc.), entre outras análises específicas.
- No mapa tamanho A0, indicar também o trajeto percorrido para os atrativos a partir do núcleo(s) urbano(s) mais próximo(s) e as distâncias entre cada atividade, além dos principais pontos da cadeia produtiva do turismo no entorno da UC.
- Detalhar, por meio de croqui, cada atividade de uso público existente, com a localização e tipo de equipamento facilitador e/ou infraestrutura existente e/ou proposta.
- Os mapas e croquis deverão ser entregues também em meio digital, em arquivos abertos à edição.

Elaborar **Quadro Resumo** sintetizando as atividades de uso público sugeridas para a UC. O quadro deverá conter coluna com a identificação (em símbolo ou em texto) com a classificação da atividade conforme o método *ROVAP* adotado pela CGEUP/ICMBio, a infraestrutura sugerida para cada roteiro/atividade como “mínima necessária” e “desejável” e o NBV sugerido para o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

roteiro/atividade, conforme o Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação (ICMBio, 2011).

Propor cronograma para a implementação do Programa de Uso Público (PUP), com base nas prioridades identificadas, a ser utilizado pela equipe da UC como ferramenta de planejamento a ser adaptada conforme as possibilidades que forem se apresentando.

Produtos: Diagnóstico de Uso Público em sua versão final, contendo mapas de uso público, em formato digital aberto e impresso (conforme descrito); Quadro resumo de atividades de uso público; cronograma de execução de atividades de uso público; Versão preliminar do zoneamento da UC (com base nos produtos cartográficos gerados até essa etapa).

Etapa 5 – Oficina de Planejamento Participativo - OPP

Promover, juntamente com a EP, a Oficina de Planejamento Participativo, evento de cerca de 03 dias na cidade de Novo Airão/AM, que contará com a participação de técnicos, pesquisadores, funcionários, lideranças locais, dentre outros, e no qual as principais diretrizes de planejamento do PNA serão trabalhadas de forma coletiva. Caberá ao ICMBio contatar as pessoas ou instituições de importância para a UC e organizar a reunião (transporte, alimentação, material de expediente e local da reunião). Caberá a contratada disponibilizar um profissional para moderar a OPP.

Com enfoque participativo, a Oficina deverá ser orientada com base nas metodologias descritas no DPP (*Padrões Abertos para a Prática da Conservação, ROVAP etc.*) para a elaboração do **Modelo Conceitual** da Unidade de Conservação, em suas etapas lógicas, sucessivas e interligadas, utilizando o software Miradi. Inicialmente serão definidos o escopo, visão e os alvos de conservação. Em seguida são então identificadas ameaças diretas/indiretas e oportunidades aos alvos de conservação. Por fim, com base nas informações obtidas serão propostas estratégias para conservação dos alvos.

A versão preliminar do zoneamento da UC, elaborado com base nos dados do diagnóstico, será apresentada e aferida na OPP.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

Será elaborada ainda uma matriz de colaboração institucional, no qual os membros convidados identificarão de que maneiras sua instituição ou o grupo que representam poderão auxiliar a Unidade de Conservação.

A Oficina deverá atender as especificidades regionais, sendo compatível, por exemplo, com os diferentes níveis de renda e escolaridade dos grupos de interesse envolvidos.

Os resultados da Oficina deverão ser consolidados num relatório da OPP, incluindo a descrição detalhada da Oficina: metodologia, objetivos do trabalho, número e opinião dos participantes, resultados alcançados e produtos gerados. Incluir fotos e, em anexo, a lista de presença assinada pelos participantes, indicando a instituição/comunidade que representam.

Observação: Além do Moderador, o Coordenador Geral e o Coordenador de Uso Público deverão estar presentes, obrigatoriamente, nesta reunião.

Produtos – Relatório da OPP, com Modelo Conceitual do PNA; Diagnóstico consolidado do PNA em versão final; Versão Preliminar dos Programas de Manejo da UC; Versão consolidada do zoneamento da UC; matriz de colaboração institucional.

Etapa 6 – Estruturação do Planejamento

Participar em reunião de 03 dias, em Brasília/DF ou Novo Airão/AM, para consolidação do Planejamento da UC com a EP.

Com base nas orientações da COMAN, nos aspectos legais que recaem sobre a Unidade (Lei do SNUC, Decreto de Criação da UC e demais regulamentos), no Diagnóstico da UC e nos subsídios obtidos na OPP, estruturar o Planejamento preliminar da Unidade de Conservação com a definição dos seguintes aspectos:

- *Missão da Unidade de Conservação*, com explicitação das funções ambientais e sociais mais relevantes de serem cumpridas pela UC.
- *Objetivos específicos da UC*, a partir do detalhamento da Missão do PNA, com a inclusão dos diferentes atributos naturais e culturais protegidos pela Unidade, as funções ecológicas que desempenha e o papel da UC na sociedade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

- *Visão de futuro da UC*, com a explicitação da condição desejável de se obter no médio prazo, que potencialize o alcance da Missão e o cumprimento dos Objetivos Específicos da UC.
- *Objetivos estratégicos da UC*, com a inclusão do mapa estratégico da Unidade evidenciando as declarações expressas do que se pretende realizar na UC nos próximos anos para se alcançar a Visão de Futuro e promover avanços no cumprimento de sua Missão e de seus Objetivos Específicos de Manejo.
- *Programas de manejo da UC*, reunindo as estratégias necessárias e apropriadas para que a UC alcance a sua Visão e avance no cumprimento dos seus Objetivos Estratégicos, da sua Missão e de seus Objetivos Específicos de Manejo; conforme planilha a ser disponibilizada pela COMAN. Os programas de manejo serão elaborados com base nas estratégias de conservação para os alvos de biodiversidade discutidos na OPP, após sua revisão/aperfeiçoamento, que serão então desdobradas em ações específicas com metas factíveis, claras e mensuráveis, com base em indicadores consistentes e sensíveis.
- *Normas Gerenciais Gerais da UC*, com a definição das regras que irão presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais do PNA.
- *Zoneamento da UC*, com a identificação e delimitação em mapa das diferentes zonas do PNA, proposta de ZA e o estabelecimento de usos e normas diferenciadas para cada zona estabelecida, conforme seus atributos e objetivos de manejo.

Em seguida, encaminhar para análise por parte da EP, a versão preliminar do Planejamento da UC, e proceder às alterações/complementações solicitadas.

Produtos – Versão preliminar do Planejamento do PNA; versão consolidada do Plano de Manejo no formato impresso (03 cópias) e digital (30 CDs).

Etapa 7 – Divulgação do Plano de Manejo do PNA, entrega da sua versão final e entrega do Relatório sobre o processo de Planejamento

Apresentar em reunião aberta o Plano de Manejo do PNA para o Conselho Consultivo da UC e interessados na cidade de Novo Airão/AM. Caberá a contratada disponibilizar um profissional para moderar a reunião. A logística da reunião ficará a cargo do PNA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

Após os ajustes finais e aprovação da EP, a contratada deverá entregar cópias digitais abertas e impressas do Plano de Manejo, e seu resumo executivo, para o órgão gestor (Unidade de Conservação e ICMBio-Sede) e para o FUNBIO.

Elaborar relatório documentando e analisando todo o processo de revisão do plano de manejo do Parque Nacional de Anavilhanas, registrando e sistematizando os problemas encontrados, as lições aprendidas e as recomendações correspondentes para melhoria do processo de planejamento de Unidades de Conservação.

Produtos – Versão final do Plano de Manejo do PNA, e seu Resumo Executivo, em 06 cópias digitais e impressas (com envio de 02 cópias para o PNA, 02 para a COMAN/ICMBio Sede, 01 para o FUNBIO e 01 para a UCP); Relatório da reunião de divulgação do Plano de Manejo do PNA; Relatório do processo de revisão do plano de manejo do PNA.

6. Cronograma de atividades e desembolso do valor do contrato

| Etapa | Atividades | Produtos | % do Valor do TDR | Entrega de Produtos para EP |
|---|---|--|-------------------|-----------------------------|
| Etapa 1 - Organização do Planejamento e Reconhecimento de Campo | Participar da reunião de organização do Planejamento e realizar conhecimento de campo | Plano de Trabalho e Matriz de Organização do Planejamento (MOP) das atividades; e cronograma físico e financeiro indicando os técnicos responsáveis. | 0% | 10 dias |
| Etapa 2 - Coleta, sistematização e análise das informações existentes | Coletar, sistematizar e analisar dados (bibliográficos, cartográficos e de imagens aéreas e de satélite e audiovisual) existentes sobre o PNA | Diagnóstico Preliminar do PNA; Lista de Levantamento bibliográfico realizado contendo a citação completa das referências; Mapa-Base da UC e ZA; e mapas temáticos da UC e região (conforme especificado); todos em formato digital e impresso (formato A3, A4 e A0). | 10% | 30 dias |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

| Etapa | Atividades | Produtos | % do Valor do TDR | Entrega de Produtos para EP |
|--|---|--|-------------------|-----------------------------|
| Etapa 3 - Realização de Oficina Consultiva e Levantamento de Dados | Promover Oficina Consultiva com o objetivo de informar/divulgar os trabalhos e produtos de revisão do Plano de Manejo, e levantar/atualizar informações sobre o PNA junto à sociedade | Relatório da Oficina Consultiva, incluindo: Missão, Visão e Objetivos – versão preliminar; Mapa Falado; Validação das Bases cartográficas e entrega das mesmas, se houver alterações, conforme solicitado na etapa 2. | 15% | 60 dias |
| Etapa 4 – Coleta, análise e sistematização das informações referentes ao Uso Público | Elaboração do Diagnóstico do UP | Diagnóstico de Uso Público em sua versão final, contendo mapas de uso público, em formato digital aberto e impresso (conforme descrito); Quadro resumo de atividades de uso público; cronograma de execução de atividades de uso público; Versão preliminar zoneamento da UC (com base nos produtos cartográficos gerados até essa etapa). | 25% | 105 dias |
| Etapa 5 – Oficina de Planejamento Participativo - OPP | Promover e Coordenar a OPP | Relatório da OPP, com Modelo Conceitual do PNA; Diagnóstico consolidado do PNA em versão final; Versão Preliminar dos Programas de Manejo da UC; Versão consolidada do zoneamento da UC; matriz de colaboração institucional. | 13% | 145 dias |
| Etapa 6 – Estruturação do Planejamento | Estruturação da versão preliminar do Planejamento | Versão preliminar do Planejamento do PNA; versão consolidada do Plano de Manejo no formato impresso (03 cópias) e digital (30 CDs). | 7% | 180 dias |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

| Etapa | Atividades | Produtos | % do Valor do TDR | Entrega de Produtos para EP |
|---|--|---|-------------------|-----------------------------|
| Etapa 7 – Divulgação do Plano de Manejo do PNA, entrega da sua versão final e entrega do Relatório sobre o processo de Planejamento | Apresentar o Plano de Manejo em sua versão final | Versão final do Plano de Manejo do PNA, e seu Resumo Executivo, em 06 cópias digitais e impressas (com envio de 02 cópias para o PNA, 02 para a COMAN/ICMBio Sede, 01 para o Funbio e 01 para a UCP); Relatório da reunião de divulgação do Plano de Manejo do PNA; Relatório do processo de revisão do plano de manejo do PNA. | 30% | 215 dias |

O tempo de análise máximo dos produtos pela EP será de 10 dias, seguido do limite de 5 dias para eventuais ajustes por parte da contratada, a partir do qual a EP terá 5 dias para se manifestar sobre o produto reenviado. A partir de então, no caso de necessidade de novos ajustes, a contratada deverá procedê-los no prazo máximo de 3 dias e a EP deverá manifestar-se em até 5 dias.

O contrato será celebrado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio, com recursos do Programa ARPA, após a aprovação deste Termo de Referência pela Unidade de Coordenação do Programa - UCP, do Ministério do Meio Ambiente.

7. Insumos

De responsabilidade da contratada:

- Todas as despesas relacionadas a encargos sociais e trabalhistas.
- A contratada deverá arcar com todos os custos logísticos e operacionais para a realização dos trabalhos (transporte, passagens aéreas, alimentação, hospedagem, combustível, diárias etc.), incluindo o pagamento de terceiros



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

(cozinheira, piloto de embarcação e etc.) e materiais de consumo necessários ao desenvolvimento dos trabalhos.

- Todas as 03 reuniões correspondentes aos momentos de participação social deste processo de planejamento, quer sejam: a Oficina Consultiva, a Oficina de Planejamento Participativo – OPP e a Reunião de Divulgação do PM, serão organizadas e custeadas pelo PNA. Os custos de participação da equipe contratada em todas as reuniões citadas nesse Termo de Referência serão custeados pela própria (passagens aéreas, translados, hospedagem, alimentação, diárias etc.).

- Também serão de responsabilidade da contratada os custos advindos da impressão e gravação digital dos documentos, mapas, fotos etc., que deverão compor os relatórios e produtos a serem entregues ao ICMBIO.

- A contratada deve possuir os equipamentos necessários para a realização dos trabalhos de campo (GPS, máquina fotográfica digital etc.), que serão de sua responsabilidade.

A fim de facilitar a execução dos trabalhos e aumentar a qualidade dos produtos, a EP disponibilizará à contratada, sempre que possível:

- Acesso a todos os documentos mencionados, mapas e informações disponíveis no órgão gestor da UC e relevantes ao planejamento.

- Acesso aos alojamentos e infraestrutura do PNA, caso seja de interesse da contratada.

- Todas as instruções normativas e documentos norteadores informados neste TDR.

8. Forma de apresentação e aprovação dos produtos

Os produtos deverão ser apresentados em língua portuguesa, devidamente digitados e formatados conforme padrão a ser disponibilizado pela COMAN/ICMBio Sede.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

A contratada deverá encaminhar cópias de todos os produtos para o órgão gestor (PNA e COMAN/ICMBio Sede), para o FUNBIO e UCP, em meio digital aberto, via e-mail ou mídia digital, e impressos, devidamente aprovados pelo órgão gestor.

Todos os arquivos deverão ser entregues em meio digital aberto, conforme orientações da COMAN/ICMBio, de modo a viabilizar sua posterior edição, entre eles mapas (mxd e lyr), imagens de satélite (tif), dados vetoriais (shp), textos (doc), tabelas e planilhas (xls), croquis e desenhos (cdr) e fotos (tif ou jpg). As fotos devem ser entregues em arquivos de alta resolução e baixa resolução e georreferenciadas. Todos os arquivos cartográficos devem ser georreferenciados. Todos os arquivos de impressão também deverão ser entregues em pdf.

Os arquivos entregues deverão seguir os critérios para a elaboração de cartografia básica e de mapas temáticos (Anexo II do Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo de UCs de Proteção Integral – versão 2011). Os dados devem estar em sistema de coordenadas geográficas (latitude e longitude). Informações detalhadas dos seguintes dados deverão ser fornecidas em papel e em meio digital: descrição geral dos arquivos produzidos, procedimentos adotados para a digitalização de dados cartográficos, escala, data e fonte desses dados, tipo (mapa em papel, imagens de satélite, entre outros), fator de erro obtido no processo de georreferenciamento, data da digitalização dos dados cartográficos, problemas existentes nos dados, projeção cartográfica utilizada e todos os parâmetros necessários para sua interpretação (datum, meridiano central, zona).

As reuniões a serem realizadas durante a elaboração do documento devem ser devidamente documentadas e registradas através de listas de presença, fotos e memórias de reuniões.

Os produtos devem ser primeiramente entregues à EP, que fará a avaliação e aprovação dos produtos.

Para aprovação dos produtos, a EP poderá indicar a necessidade de complementações e/ou alterações nos mesmos.

A lista de toda a documentação e bibliografia consultada deverá ser disponibilizada à EP durante todo o processo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

Ao final de cada etapa deverá ser entregue, juntamente com os produtos, um banco de dados com todos os arquivos e documentos que o geraram (abertos e em pdf), e cópia das bibliografias disponíveis em formato digital. A relação dos documentos de referência consultados deve ser listada de acordo com as recomendações da ABNT e os quadros e tabelas deverão especificar as fontes dos dados.

Os mapas (parciais e finais) deverão ser impressos em cópias coloridas e nos tamanhos especificadas para cada produto, em escala apropriada, obedecendo às normas técnicas aplicadas à cartografia e utilizando-se de bases cartográficas aprovadas pela EP e imagens de satélite georreferenciadas recentes. Deve ser utilizado, preferencialmente, banco de dados oficiais na elaboração dos mesmos, cujos arquivos devem possuir a descrição dos seus metadados, incluindo as fontes utilizadas.

9. Prazos

A consultoria será realizada em até 220 dias, a contar da assinatura do contrato. O prazo de execução poderá ser prorrogável por mais 30 dias mediante solicitação prévia do contratado, respeitando uma antecedência mínima de 10 dias da data de término do mesmo. Para tanto, será emitida autorização da EP.

Os pagamentos serão efetuados após a apresentação e aprovação dos produtos gerados nas diferentes etapas de elaboração do Plano. Os prazos de avaliação de cada produto por parte do órgão gestor, e da contratada, estão descritos no cronograma de desembolso.

10. Direitos autorais e de propriedade intelectual

Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato terão os direitos patrimoniais autorais revertidos para o ICMBio e ~~o FUNBIO~~, com sua reprodução total ou parcial requerendo expressa autorização dos mesmos, inclusive em período posterior ao encerramento do contrato, respeitando-se e reconhecendo-se a propriedade intelectual.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio [e Funbio](#).

11. Requisitos técnicos e qualificação profissional

A equipe da consultoria contratada deverá atender as seguintes qualificações:

Descrição do Perfil do Coordenador Geral: Formação acadêmica plena, preferencialmente na área das ciências ambientais (biologia, ecologia, engenharia ambiental, engenharia florestal, agronomia, geografia ou afins) e com experiência em coordenação técnica de diagnósticos ambientais para elaboração de planos de manejo de UC no Bioma Amazônico. Deverá coordenar tecnicamente os trabalhos de campo e de escritório, sistematizar os resultados, realizar a integração dos dados obtidos pelos estudos temáticos e ter conhecimentos das metodologias constantes no DPP. O candidato deverá ter disponibilidade para viagens e ter condições de realizar atividades de campo em situações adversas, incluindo deslocamentos a pé, embarcado, em diferentes tipos de veículos e aeronaves. Este profissional será o responsável pela apresentação dos produtos objetos desse Termo de Referência.

Descrição do Perfil do Coordenador de Uso Público: Formação acadêmica plena (turismo, ecoturismo ou outras afins) e que tenha treinamento e/ou experiência profissional com ênfase em ecoturismo e/ou visitação em áreas naturais protegidas, para avaliar o potencial turístico e uso público das Unidades de Conservação. Preferencialmente, ter experiência com a metodologia ROVAP e as demais constantes no DPP. O candidato deverá ter disponibilidade para viagens e ter condições de realizar atividades de campo em situações adversas, incluindo deslocamentos a pé, embarcado, em diferentes tipos de veículos e aeronaves. Deverá realizar trabalhos de campo e de escritório para elaboração dos produtos objeto de contratação do edital.

Descrição do Perfil do Responsável pelas análises do Sistema de Informações Geográficas: Formação acadêmica plena na área das ciências ambientais (geografia, biologia, engenharia ambiental, engenharia florestal ou



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

afins) com conhecimento e experiência em Geoprocessamento, Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Cartografia, para a caracterização e a geração dos produtos indicados para estas ferramentas, como a consolidação das informações produzidas pelos demais grupos temáticos, realizar as análises geográficas e elaboração dos mapas para os Relatórios temáticos e consolidados.

Descrição do Perfil do Moderador/ Facilitador: Formação acadêmica plena na área das ciências sociais ou ambientais e/ou curso de formação em organização e moderação de reuniões. Experiência na organização e moderação de eventos participativos com povos e comunidades tradicionais (consultas públicas, seminários, conselhos de UC etc.), preferencialmente na região amazônica. Esse profissional participará das atividades relacionadas à organização, mediação, relatoria e sistematização das oficinas participativas. Deverá possuir conhecimento e/ou experiência com a metodologia dos Padrões Abertos para a Prática da Conservação, ROVAP e demais descritas no DPP.

Todos os contratados deverão realizar pessoalmente os trabalhos (incluindo as fases de escritório e de campo) para os quais foram designados, sendo vedada a delegação total ou parcial de suas responsabilidades contratuais.

12. Responsáveis

- Responsável Parque Nacional de Anavilhanas:

Nome: Priscila Maria da Costa Santos – Chefe do PNA
E-mail: priscila.santos@icmbio.gov.br
Telefone: (92) 3365-1345/ 9192-3362

- Responsável ICMBio Sede:

Nome: Luiz Felipe Pimenta de Moraes – COMAN/ICMBio
E-mail: luiz.moraes@icmbio.gov.br
Telefone: (61) 3341-9455



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

13. Referências

IBAMA, 2002. Roteiro Metodológico de Planejamento: Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações ecológicas. Brasília: IBAMA. 136pp.

ICMBio, 2011. Roteiro Metodológico de Planejamento: Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações ecológicas – Versão para discussão. Não Publicado. Brasília: ICMBio. 122pp.

ICMBio, 2011. Roteiro Metodológico para manejo de impactos da visitação com enfoque na experiência do visitante e na proteção dos recursos naturais e culturais. . Brasília: ICMBio. 87pp

CMP, 2007. Padrões abertos para a prática da conservação. Versão 2.0 . Disponível em:
<http://www.conservationmeasures.org/wp-content/uploads/2012/09/CMP-Open-Stendards-Version-2-0-Portuguese.pdf>

US Forest Service, CIPAM e International Institute of Tropical Forestry, s/d. ROVAP: El Rango de Oportunidades para Visitantes em Áreas Protegidas. Estados Unidos da América, USDA e IITF. 27p